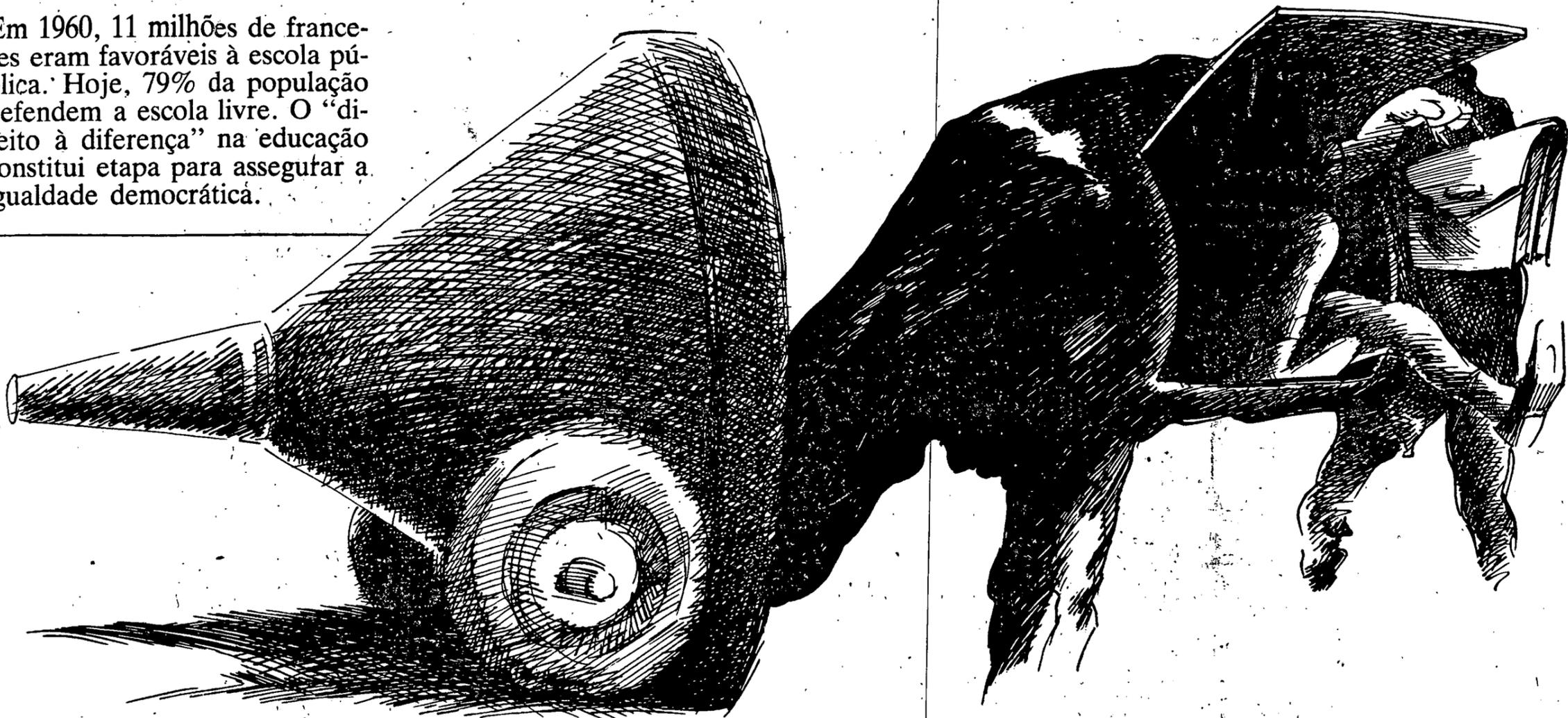


A luta contra a escola única

Em 1960, 11 milhões de franceses eram favoráveis à escola pública. Hoje, 79% da população defendem a escola livre. O "direito à diferença" na educação constitui etapa para assegurar a igualdade democrática.



FOI preciso que a esquerda chegasse ao poder, dizem Hervé Hamon e Patrick Rotman no livro "Tant qu'il y aura des profs" (Editions du Seuil, setembro, 1984, Paris), referindo-se naturalmente à França, para que o sindicalismo magisterial, penetrado de esquerdismo, se descobrisse nu. Até então, guiado pelo slogan de luta classista — "nunca aceitar como suficiente, sempre exigir mais" — acrescentando sempre postulações novas às postulações anteriores, era interminável a série de reivindicações sindicalistas e, conseqüentemente, infundáveis as denúncias da má vontade do Governo.

Foi preciso que a esquerda chegasse ao governo para que o sindicalismo docente se sentisse despojado do seu alibi crônico, a carência de recursos, que eram negados pelas autoridades. Mas não só isso, a desmitificação não pára aí. Depois de cair esse argumento da falta de recursos, começa a ruir também a miragem da grande reforma. Sonhava-se com ela desde que a esquerda é esquerda e esperava-se que, no dia em que a reação fosse colocada fora do ministério, os arquitetos da nova ordem poriam mãos à obra da reconstrução do edifício escolar.

A primeira constatação da esquerda ao chegar, com Mitterrand, ao poder foi de que as coisas não eram tão simples, nem tão esquemáticas. Não bastava uma mudança de estrutura — a passagem para a canhota — para que se operasse, com um golpe de magia, a cura do enfermo. É um dos colaboradores do Ministério da Educação, o brevemente célebre Alain Savary, citado por Hamon e Rotman, que explica, a um tempo, a renúncia à espera da tão propugnada reforma (ao menos nesse 1º tempo da luta) e a devolução, pelos novos donos do poder aos professores, isto é,

aos militantes do magistério, da responsabilidade da crise educacional e do encargo de dar partida à recuperação. Diz esse colaborador de Savary: "Constatamos que é impossível melhorar a máquina educativa sem que os indivíduos assumam o encargo de efetivar o que pretendemos. A dificuldade é dupla: a do quadro e o da impulsão. E nossa filosofia se resume em uma fórmula: não se transforma o sistema, é ele que se transforma. Seja o que for que eles (os docentes) digam, eles são livres em classe. Há sem dúvida programas, há inspetores, mas ninguém jamais impediu os professores de trabalhar".

E veio uma série de medidas que transferiam para o professor a responsabilidade de dar a contribuição de partida para a renovação desejada. Medidas simples, como maior tempo de presença em sala de aula, maior aplicação ao trabalho com o aluno. Quando os velhos reclamantes, acostumados a engrossar o sindicatos e atribuir ao outro a culpa (o que é, como se sabe, um belo recurso para não dar a sua contribuição), começaram a se sentir reclamados ou alvo de reclamações, perceberam que o feitiço estava virando contra o feiticeiro. E não tardaram o querer recobrar, talvez sem muita elegância, a posição de reclamante. E a nova palavra de ordem é eloqüente "Renover les collèges, oui; sur le dos des professeurs, non!" Renovar os colégios, sim; sobre os ombros dos professores, não!"

Para avaliar melhor a significação desse movimento de opinião, é preciso levar em conta que o vírus sinistrista grassa de forma grave no meio docente francês pelos anos de 1981: 49,5% votaram em Mitterrand, no primeiro turno, e 71% no segundo. E 61% deles colocavam a reforma educacional como o setor de governo em que a eleição de Mitterrand seria mais benéfica. E a politização do magistério

(entenda-se politização no sentido bem equivoco de fazer do magistério um instrumento de atuação política) pode ser observada se atentarmos para a percentagem de professores candidatos nas eleições legislativas de 1981: PC, 30,4%; PS, 39,7%; MRG, 7,6%; UDF, 10%; RPR, 9,9%. Desse candidatos, 132 do PS/MRG foram eleitos, o que representou uma subida fortíssima do número de representantes socialistas de 1978 a 1981.

Nem sempre a elevada percentagem de professores na vida política francesa é causada por um interesse político superveniente ao exercício do magistério, mas decorre de um interesse político primitivo, que procura o magistério como um campo favorável para a ação política. É um pouco o que explica o sucesso da chamada pedagogia de Paulo Freire. O magistério como instrumento de ação política.

Mas a reflexão mais oportuna que essa mudança de comportamento — reclamantes, reclamados e, de novo, reclamantes — com a chegada do socialismo ao poder, na França, suscita para aplicação no Brasil, neste momento em que a Nova República, procurada com tanto empenho; desejada com tanta esperança e acolhida com tanto entusiasmo se instala, é que a tarefa renovadora em nosso meio pode tropeçar em pedras semelhantes. A renovação não será fácil. Não será fácil porque os problemas reais são, em si mesmo, difíceis.

Uma lição parece ficar como verdadeira da administração Mitterrand: não há de ser sobre os ombros do professor que deve ser obtida a renovação da escola, mas não haverá reformas, decretos, fiscalizações cupulares capazes de obter qualquer coisa, sem uma iniciativa particular de nova vida de cada operário de construção nacional.

Há compromissos impossíveis e já há sinais de que a praça pública ouvirá — queira Deus que não ouça! — os gritos dos companheiros de ontem: "reforma, sim; mas não às nossas custas!"

Voltemos, porém, ao problema francês e ao problema educacional. Depois daquele primeiro ensaio de um saneamento sem reforma, veio o projeto de Reforma que ficou conhecido como lei Savary. Seu ponto de partida é uma reunião do Conselho de Ministros de 21/12/83, que deu origem à proposição do Ministro de 13/01/84, que irá ser acolhida pelo Senado em 19/04/84. É um documento opressivo que, a pretexto de regulamentar as relações do Estado, Comunas, Departamento e Regiões com os estabelecimentos privados, funcionaliza o pessoal escolar e sujeita a escola particular a uma tirania. Não cabe aqui uma análise dos diversos tópicos desse projeto. É um projeto socialista, o que vale dizer estatista. Não ousa declarar supresso um ensino privado, mas cria uma série de limitações à sua liberdade a pretexto de qualificá-lo de serviço público, que, na verdade, o asfixia. Pode existir desde que não seja mais ele mesmo e aprenda a viver sem respirar. Cria a figura do EIP (estabelecimento de interesse público), que envolve a escola particular, tirando-lhe o traço mais vivo de sua razão de ser: o direito de ser original, o direito de ser diferente, o direito de não entrar na bitola.

E por aí começou a sensibilizar-se o nobre zelo pela liberdade pessoal do cidadão francês. Por aí começou a surgir, no dizer de Hamon e Rotman (pg. 252), "e por uma estranha virada (pirouette) do século, o direito à diferença, que está no próprio coração do ideal laico (não laicista) e democrático, parece ter mudado de campo". Isto é, os partidários da escola pública exclusiva como única asseguradora da igualdade descobrem que ela, sendo

exclusiva, é opressora: não oferece chance para opção. Repete-se a velha história do pai generoso que deixava o filho casar-se com quem quisesse, desde que fosse com Maria.

E a consciência francesa vai aprofundando o seu exame da matéria. Dizia-se que a escola privada existe para os poderosos e a pública para o povo. A escola privada se revela a mais versátil em acomodar-se às exigências da comunidade (Friedman diria, na sua linguagem de economista liberal, ao consumidor), variando-se e inovando-se, enquanto que a pública, com raízes na administração central, uniformista, para ser igual para todas, corre o risco da rotina. Um pesquisador do CNRS, Robert Ballion, em uma enquete sobre as funções sociais do ensino privado, ilustra bem esta versatilidade da iniciativa privada, mostrando a distribuição dos estabelecimentos católicos na região parisiense. "Sua tipologia distingue cinco perfis marcantes: estabelecimentos de excelência (13%), que asseguram, após seleção, 80% de bom êxito no baccalauréat; estabelecimentos de educação para as classes mais altas (19%), ...; estabelecimentos inovadores (5%), que praticam uma pedagogia de frente; estabelecimentos de educação supletiva (42%), que recebem alunos em ruptura escolar; enfim, estabelecimentos asilos (15%), escola de caridade implantadas nos bairros populares (Cf. o.c. pg. 251).

Se nem todos os nomes na titulação de Ballion são os mais agradáveis, verificam-se, a um tempo, a falsidade da acusação elitista e a verdade da proposta variada, na educação privada.

A reação da opinião pública se faz sentir rapidamente. A 6 de janeiro de 1984 são marcadas cinco manifestações contra o projeto — em Bordeaux, a 22 de janeiro; em Lyon, a 29 de janeiro; em Rennes, a 18 de fevereiro; em Lille, a 25 de fevereiro e em

Versailles, a 4 de março. Os jornais noticiaram amplamente esta última manifestação. O Cardeal de Paris começa a sua fala, interpellando a multidão reunida: "Quem sois vós? Quem sois vós, tão numerosos que o observador hesita em vos reconhecer? Quem sois vós, surpreendente e pacífica multidão, que desconcerta qualquer interpretação intrigante? Quem sois vós, que nenhuma organização particular seria capaz de mobilizar? Vós sois a voz dos franceses. Eu vos saúdo, franceses tão diversos. Católicos, cristãos de outras confissões, crentes de outras religiões, representantes da escola judaica, crentes convencidos e hesitantes e vós também, não crentes. Eu vos saúdo a todos".

E Hamon e Rotman também perguntam: "onde estão os onze milhões de franceses que em 1960 se pronunciaram pela escola pública exclusiva? Um quarto de século passado, 79% dos franceses, numa espetacular mudança, assumiram outra posição. Mais ainda: do eleitorado que conduziu ao poder o atual governo, 48% se manifestam solidários com os defensores da escola livre (Cf. o.c. pg. 247).

E o fazem, quase direi, não por motivos teóricos ou doutrinários, mas por terem feito a experiência de que escola pública única deixa a criança sem alternativa. Ela não é forçada apenas a ir para a escola pública, mas para aquela escola pública única de seu bairro. É preciso haver mais de um, para que haja possibilidade da escolha. A igualdade democrática não se realiza afunilando a caravana humana, como um rebanho à porta do curral. Não é verdadeira a liberdade democrática que não inclui "o direito à diferença".

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO, O.S.B.
Reitor do Colégio de São Bento